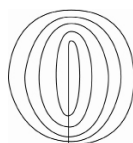


ANALITICIDADE

EDIÇÃO DE 2015 DO

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2015 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Analicidade
Copyright © 2015 do autor
Célia Teixeira

Todos os direitos reservados

Resumo

A noção de analiticidade teve um papel central em vários debates filosóficos, em particular durante a primeira metade do século XX. Na sequência do influente artigo de W. V. Quine “Dois Dogmas do empirismo” (1951), a noção passou a ser vista com grande cepticismo. Mais recentemente, Paul Boghossian, no artigo “Analiticidade Reconsiderada” (1996), propôs uma forma de compreender a noção que é, putativamente, imune às críticas de Quine. O interesse na noção de analiticidade ficou desta forma renovado, assim como a sua centralidade no debate acerca da possibilidade do conhecimento *a priori*. O principal objectivo deste artigo consiste em introduzir a noção de analiticidade e os principais problemas que esta enfrenta.

Palavras-chave

Analiticidade, analiticidade de Frege, analiticidade metafísica, analiticidade epistemológica, *a priori*

Abstract

The notion of analyticity has had a prominent role in the work of many philosophers, especially in the first half of the twentieth century. Following W. V. Quine’s seminal paper “Two Dogmas of Empiricism” (1951), the notion came to be regarded with much suspicion, until Paul Boghossian, in “Analyticity Reconsidered” (1996), proposed a way of understanding it which, purportedly, avoids Quine’s criticisms. The interest in analyticity has thus been renewed, as well as its centrality in the debate about the possibility of *a priori* knowledge. The main aim of this paper is to introduce the notion of analyticity and the main problems it faces.

Keywords

Analyticity, Frege-analyticity, metaphysical analyticity, epistemological analyticity, *a priori*

Analiticidade

Introdução

A distinção entre juízos *analíticos* e juízos *sintéticos* foi explicitamente introduzida por Immanuel Kant na *Crítica da Razão Pura*, apesar de noções semelhantes já se encontrarem presentes nas obras de outros filósofos (e.g., em John Locke, David Hume, e G. W. Leibniz). De acordo com a definição de Kant, os juízos analíticos são aqueles em que “o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A” (1781: A6-7, B10). Os juízos analíticos, afirmou, são “explicativos”, ao passo que os sintéticos são “ampliativos”. A definição de analiticidade de Kant apresenta várias fraquezas como, por exemplo, o facto de se restringir a juízos da forma sujeito-predicado e de apelar à ideia pouco clara de um conceito estar contido noutro. Apesar da noção kantiana de analiticidade ter sido rejeitada, a intuição que esta pretende captar foi largamente abraçada, e muitas outras formas de a compreender foram propostas.

A noção de analiticidade teve um papel central durante a primeira metade do século XX, em particular, na explicação do estatuto epistémico e modal de certos domínios, particularmente da matemática e da lógica. A coerência da noção foi, no entanto, posta em causa num famoso artigo de W. V. Quine (1951). Muitos filósofos disputaram os argumentos de Quine contra a inteligibilidade da noção de analiticidade, mas muitos outros aceitaram-nos como definitivos. Num artigo importante, Paul Boghossian (1996) propôs uma outra forma de entender a noção de analiticidade, putativamente, imune às objeções de Quine, de forma a revitalizar o velho projecto empirista. O interesse na noção de analiticidade ficou, deste modo, renovado assim como a sua centralidade no debate acerca da possibilidade do conhecimento *a priori*. O objectivo deste artigo consiste em introduzir a noção de analiticidade e os problemas que a envolvem. Em particular, iremos introduzir e discutir três das mais importantes noções de analiticidade, as quais foram usadas na explicação da possibilidade do conhecimento *a priori*.

1 A distinção analítico-sintético

Considere-se as seguintes frases:

- I. Nenhum solteiro é casado.
- II. Nenhum solteiro pesa mais de uma tonelada.

Intuitivamente, basta compreender o significado da frase I para sabermos que é verdadeira. Ou seja, qualquer falante competente de português que saiba o significado de ‘solteiro’ sabe que ‘solteiro’ significa *não casado* e, assim, sabe que nenhum solteiro é casado. Uma vez que ‘solteiro’ significa *não casado* a verdade de I parece resultar inteiramente do seu significado. Já para saber que se a frase II é ou não verdadeira não basta compreender o seu significado. Isto é, não é suficiente saber o significado de ‘solteiro’ e de ‘pesa mais de uma tonelada’ para determinar o valor de verdade de II. Também é necessária informação empírica acerca de solteiros para saber se estes têm ou não mais de uma tonelada. A verdade de II não depende apenas do seu significado mas também de factos acerca do mundo, nomeadamente, do peso dos solteiros. É esta diferença intuitiva entre as propriedades semânticas de I e de II que está na base da distinção entre frases analíticas e frases sintéticas. Diz-se que frases como a I são *analíticas*, e que frases como a II são *sintéticas*.

Apesar da intuição por detrás da distinção entre frases analíticas e sintéticas ser relativamente clara, a noção de analiticidade tem sido entendida das mais variadas formas. Por exemplo, como vimos, Kant definiu uma frase analítica como aquela em que o sujeito está contido no predicado, Gottlob Frege (1884) defendeu que as frases analíticas são verdadeiras em virtude de definições linguísticas e das leis da lógica, Rudolf Carnap (1947) argumentou que as frases analíticas são verdadeiras em virtude de regras semânticas, e A. J. Ayer (1936), entre muitos outros, caracterizou as frases analíticas como aquelas que são verdadeiras em virtude do seu significado apenas. Nem todas estas formas de entender ‘analiticidade’ são equivalentes. Mas seja qual for a melhor forma de entender a noção de analiticidade, a intuição que esta pretende captar é a de que existe uma propriedade *semântica* partilhada por todas as frases analíticas que explica a verdade dessas frases. Numa interpretação mais fraca da noção de analiticidade, essa

propriedade semântica que as frases analíticas possuem não explica a verdade destas mas apenas aquilo que nos justifica a tomá-las como verdadeiras.

Apesar da distinção analítico-sintético ser uma distinção semântica entre frases ou conteúdos é também muito comum falar-se de verdades analíticas e de verdades sintéticas. Contudo, não se deve com isto pensar que a distinção analítico-sintético é uma distinção entre tipos de verdade. Por exemplo, esta é a forma como Gillian Russell a caracteriza: “A distinção analítico/sintético é uma distinção entre dois tipos distintos de verdade” (2007: 712). Contudo, compreender a distinção deste modo é um erro que deve ser evitado.

Como Williamson (2007: 54-8) argumenta, não podem haver dois tipos distintos de verdade: a verdade é absoluta. O argumento é basicamente o seguinte. Se existissem dois tipos diferentes de verdade, como poderíamos determinar o valor de verdade de, por exemplo, uma condicional na qual tanto a frase antecedente como a conseqüente expressam uma verdade sintética? Poderíamos dizer que nesses casos a frase resultante da aplicação destas numa frase condicional expressa uma verdade sintética, mas isto não funciona. Para vermos porquê, considere-se as seguintes duas frases:

III. Bárbara é oftalmologista.

IV. Bárbara é médica dos olhos.

III e IV são exemplos claros de verdades sintéticas, se verdadeiras. Imagine-se que de facto Bárbara é oftalmologista. Agora considere-se a seguinte condicional:

V. Se a Bárbara é oftalmologista, então a Bárbara é médica dos olhos.

Se existirem verdades analíticas, V seria uma delas dado que ‘oftalmologista’ significa *médico dos olhos*. Contudo, V é composta por duas frases sintéticas. Será que isto significa que todas as condicionais com antecedentes e conseqüentes sintéticas são analíticas? Claramente não, como ilustra este exemplo:

VI. Se a Bárbara é oftalmologista, então a Bárbara é solteira.

Estas considerações mostram que se existissem dois tipos distintos de verdade (analíticas e sintéticas) seria impossível construir uma tabela de verdade para algo tão simples como a condicional material. Se uma condicional é analiticamente verdadeira ou analiticamente falsa não é uma função das suas partes serem analiticamente verdadeiras ou analiticamente falsas. A única coisa que poderíamos defender é que uma tal condicional seria analítica e sinteticamente verdadeira. Mas, como defende Williamson (2007), isto derrota a própria distinção entre dois tipos distintos de verdade. A verdade é absoluta, e a distinção analítico-sintético não deve ser entendida como uma distinção entre tipos distintos de verdade.

Assim, apesar de ser comum falar-se de verdades analíticas e de verdades sintéticas, daqui não se segue, de modo algum, que existem dois tipos de verdade. Uma verdade é analítica quando é expressa por uma frase analítica, e uma verdade é sintética quando é expressa por uma frase sintética. Deste modo, podemos falar de verdades analíticas e verdades sintéticas sem estarmos comprometidos com a existência de dois tipos distintos de verdade.

Também é importante notar que a distinção analítico-sintético não deve ser confundida com a distinção *a priori-a posteriori*. Apesar de haver boas razões para defender que as verdades analíticas (se conhecíveis) podem ser conhecidas *a priori* e que as verdades sintéticas (se conhecíveis) só podem ser conhecidas *a posteriori* é importante não confundir ambas as noções. A distinção analítico-sintético é uma distinção semântica entre frases ou conteúdos. A distinção *a priori-a posteriori* é uma distinção epistémica entre modos de conhecer.¹

Também não se deve confundir a distinção analítico-sintético com a distinção necessário-contingente. Ao contrário da distinção analítico-sintético, a distinção entre verdades necessárias e verdades contingentes é uma distinção metafísica entre modos de verdade. Além disso, temos boas razões para defender que mesmo que todas as verdades analíticas sejam necessárias algumas verdades sintéticas também são necessárias. Por exemplo, 'A água é H₂O' é um caso paradigmático de uma verdade sintética e necessária.² Assim, as dis-

¹ Sobre a distinção *a priori-a posteriori*, veja-se a entrada CONHECIMENTO *A PRIORI* deste compêndio.

² A este respeito, as referências clássicas são Kripke 1980 e Putnam 1975.

tições analítico-sintético e necessário-contingente, apesar de terem sido confundidas durante uma boa parte da história da filosofia, diferem tanto em conteúdo como em extensão.³

Apesar da noção de analiticidade (se instanciada) captar um fenómeno semântico em si interessante, a sua importância filosófica tem estado sobretudo associada ao seu uso na explicação do estatuto epistémico de certas verdades, em particular, da matemática e da lógica, assim como de certas verdades filosóficas.⁴ A forma como sabemos, por exemplo, que dois mais dois são quatro, ou que se a neve é branca então a neve é branca é, intuitivamente, diferente da forma como sabemos que a neve é branca. Ao passo que esta segunda verdade só pode ser conhecida através da experiência o mesmo, intuitivamente, não acontece com as primeiras duas verdades: estas são, putativamente, conhecíveis de forma independente da experiência, ou *a priori*. A noção de analiticidade tem sido amplamente usada na explicação da possibilidade deste tipo de conhecimento.

O conhecimento *a priori* é tradicionalmente visto como conhecimento adquirido de modo independente da experiência (e pelo pensamento apenas). Mas como é possível adquirir conhecimento acerca do mundo de modo independente da nossa experiência deste, isto é, *a priori*? Esta é a grande dificuldade que a possibilidade do conhecimento *a priori* enfrenta. Tradicionalmente, os filósofos racionalistas explicavam (e explicam) a possibilidade do conhecimento *a priori* apelando à putativa capacidade de intuição racional.⁵ Esta capacidade era vista como responsável pela aquisição e manutenção do conhecimento *a priori*. Contudo, em particular desde o início do século XX, este tipo de explicação passou a ser visto com grande cepticismo e o apelo à putativa capacidade de intuição racional rejeitada como misteriosa e obscura. Munidos da noção de analiticidade, muitos filósofos empiristas procuraram explicar a possibilidade do conhecimento *a priori* sem apelarem à “obscura” capacidade de intuição racional.

³ Kripke (1980) foi o primeiro a chamar a atenção para este aspecto.

⁴ A noção de analiticidade foi também usada para explicar o estatuto modal das verdades matemáticas e lógicas, em particular, pelos positivistas lógicos. Contudo, este projecto foi praticamente abandonado.

⁵ Um importante racionalista contemporâneo é Bonjour (1998). Veja-se também a entrada CONHECIMENTO *A PRIORI* para mais informações.

Se o conhecimento *a priori* for mero conhecimento de verdades analíticas, então o conhecimento *a priori* é, putativamente, mero conhecimento linguístico ou conceptual. Este tipo de conhecimento, defenderam muitos empiristas, não é conhecimento substancial acerca do mundo mas mero conhecimento de significados, ou de convenções linguísticas, ou de relações entre os nossos conceitos.

Este tipo de posição empirista foi particularmente popular durante a primeira metade do século XX, em particular, no seio do movimento positivista lógico. Os positivistas lógicos defendiam que tanto as verdades matemáticas e lógicas como as filosóficas eram analíticas no sentido de serem meras verdades linguísticas, verdades essas que nada de substancial dizem acerca do mundo. O papel da filosofia como actividade *a priori* consistia assim na mera “análise” do significado dos nossos termos. A questão filosófica de saber, por exemplo, se há livre-arbítrio era desta forma reduzida à análise linguística ou conceptual do termo ‘livre-arbítrio’. Apesar da designação ‘filosofia analítica’ ter surgido para classificar este tipo de posição positivista, há muito que esta foi rejeitada no seio da própria filosofia analítica – a designação, infelizmente, manteve-se. Contudo, a ideia de que podemos explicar o *a priori* através da noção de analiticidade evitando assim o apelo à “misteriosa” capacidade de intuição racional, continua na ordem do dia. A questão que se coloca é se há alguma noção de analiticidade suficientemente robusta para poder ser usada na explicação do *a priori*. A importância filosófica da noção de analiticidade depende de uma resposta afirmativa a esta questão. Nas restantes secções iremos introduzir e discutir três das mais importantes definições de analiticidade e a sua relevância para o projecto explicativo da possibilidade do conhecimento *a priori*.

2 A noção de analiticidade de Frege

Uma importante noção de analiticidade, a qual foi usada para explicar a possibilidade do conhecimento *a priori*, é a chamada *analiticidade de Frege* – designação esta dada por Boghossian (1996).⁶ De acordo com esta definição de analiticidade:

⁶ Apesar de inspiração Fregeana, é altamente disputável que Frege a tenha alguma vez defendido.

Uma frase F é analítica se, e só se, F expressa uma verdade lógica ou pode ser transformada numa verdade lógica pela substituição de sinónimos por sinónimos.

Por exemplo, as frases ‘Ou chove ou não chove’ e ‘Todos os solteiros são não casados’ são Frege-analíticas. A primeira frase expressa uma verdade lógica e logo satisfaz esta definição de analiticidade. A segunda pode ser reduzida a uma verdade lógica se substituirmos o termo ‘solteiro’ pela expressão sinónima ‘não casado’ e logo também satisfaz esta noção de analiticidade.

A analiticidade de Frege, usada por vários empiristas para explicar o *a priori*, foi posta em causa num famoso e importante artigo de Quine (1951). Contudo, apesar da importância histórica dos argumentos de Quine temos hoje boas razões para os rejeitar. Sucintamente, um dos principais argumentos de Quine contra esta definição de analiticidade é o de que a noção não pode ser definida sem se recorrer à noção de sinonímia e a noção de sinonímia, por sua vez, não pode ser definida sem se recorrer a esta definição de analiticidade. Daqui Quine conclui que a noção de Frege-analiticidade deve ser abandonada por não ser possível clarificá-la de forma não circular. Este é o famoso *argumento da circularidade* de Quine, o qual foi notoriamente posto em causa por Strawson e Grice (1956) – assim como por muitos outros filósofos desde então.⁷

Muito sucintamente, um dos grandes problemas que o argumento da circularidade enfrenta é o facto de não ser de todo claro que tenhamos de rejeitar uma noção por não a conseguirmos definir de forma não-circular. Pelo contrário, a impossibilidade de definir não circularmente uma noção pode muito bem ser vista não como marca de obscuridade mas como marca de centralidade. Afinal, quanto mais central uma noção for maior a dificuldade em a clarificar de forma não circular. As noções lógicas como, por exemplo, a de *condicional* e até mesmo de *dedução* são exemplos claros disso. Contudo, ninguém estaria disposto a rejeitar a lógica por não conseguirmos definir as suas noções de forma não circular. O facto de uma noção não ser definível de forma não-circular pode ser usado como uma razão para reforçar a nossa confiança nela, não como uma razão para a rejeitar.

⁷ Veja-se, por exemplo, Bonjour 1998: 62-77 e Boghossian 1997.

Outro problema com o argumento de Quine contra esta noção de analiticidade, claramente expresso por Boghossian (1997), é o facto de a rejeição da noção de sinonímia levar a uma forma extrema e implausível de cepticismo semântico. Basicamente, o problema é o seguinte. Se não é possível determinar quando dois termos têm o mesmo significado, então também não é possível determinar quando duas frases têm o mesmo significado. Contudo, se não é possível determinar quando duas frases têm o mesmo significado, então também não é possível determinar o significado de uma frase – se soubéssemos o significado de uma frase *F*, poderíamos determinar se *F* diz o ou não o mesmo que *F'*. A rejeição da inteligibilidade da noção de sinonímia conduz-nos, assim, a uma forma bastante intolerável de cepticismo semântico.

Independentemente dos argumentos de Quine contra a noção de Frege-analiticidade, uma coisa é clara: esta noção não pode ser usada para explicar a possibilidade do conhecimento *a priori*. Isto porque, mesmo que esta noção de analiticidade esteja em ordem, e mesmo que a possamos usar para explicar como conhecemos aquelas verdades que podem ser transformadas em verdades lógicas pela substituição de sinónimos por sinónimos, esta nada diz acerca do modo como conhecemos as verdades lógicas elas próprias. Esta noção de analiticidade deixaria também sem explicação verdades *a priori* que, putativamente, não podem ser reduzidas a verdades lógicas, como, por exemplo, ‘Nenhum objecto pode ser todo verde e vermelho ao mesmo tempo’.⁸ Assim, mesmo que a noção de analiticidade de Frege esteja em ordem, ao contrário do que diz Quine (1951), dificilmente poderá ser usada na explicação do *a priori*, ou pelo menos numa explicação geral e unificada da possibilidade do conhecimento *a priori*.

3 A noção metafísica de analiticidade

Uma das mais importantes noções de analiticidade é a chamada *noção metafísica de analiticidade*.⁹ Segundo esta noção de analiticidade,

⁸ Veja-se Williamson 2007: 63-71 para uma discussão detalhada sobre a noção de Frege-analiticidade e o seu possível uso na explicação do *a priori*.

⁹ Esta designação deve-se a Boghossian (1996).

Uma frase F é analítica se, e só se, F é verdadeira em virtude do seu significado apenas.

Esta noção tem estado no centro de muitos debates filosóficos e teve um papel central no projecto empirista de explicar a possibilidade do conhecimento *a priori*.

Ayer (1936) defendeu que esta noção permite captar a intuição kantiana segundo a qual as verdades analíticas são meramente “explicativas”, em oposição às sintéticas que são “ampliativas”. As verdades analíticas eram vistas pelos empiristas, e em particular pelos positivistas lógicos, como meras “trivialidades” que nada acrescentam ao nosso corpo de conhecimento. Esta noção permitiu aos positivistas lógicos oferecer uma explicação da possibilidade do conhecimento *a priori* que não apelasse à “misteriosa” capacidade de intuição racional postulada pelos racionalistas para o mesmo fim. Como vimos, o problema do *a priori* é o de saber como é possível conhecer verdades acerca do mundo sem olhar para este (i.e., de forma independente da experiência). Se as verdades conhecíveis *a priori* forem meras verdades analíticas neste sentido de analiticidade, então o mistério fica resolvido: não precisamos de olhar para o mundo para conhecer essas verdades porque elas não são acerca do mundo mas acerca do significado dos nossos termos ou acerca das relações entre os nossos conceitos.¹⁰

Para motivar esta noção de analiticidade, considere-se as seguintes frases:

1. Bruto matou César.
2. Bruto matou César ou Bruto não matou César.
3. A neve é branca ou a neve não é branca.

A frase 1 é verdadeira se, e só se, Bruto matou César. Ou seja, a verdade desta frase depende do facto de Bruto ter ou não morto César. Contudo, no caso da frase 2 o facto de Bruto ter ou não morto César parece irrelevante para a sua verdade. Se substituirmos ‘Bruto matou César’ por qualquer outra expressão gramaticalmente aceitável

¹⁰ Por exemplo, Carnap (1947) distinguiu as “verdades lógicas”, que “nada dizem acerca do mundo” das “verdades factuais”, que são acerca do mundo. As primeiras, defendeu, são analíticas, as segundas, sintéticas.

como, por exemplo, ‘a neve é branca’, a frase permanece verdadeira. A frase 2 parece assim ser verdadeira exactamente pelas mesmas razões que a frase 3 é verdadeira. Uma vez que a única coisa que ambas as frases, 2 e 3, têm em comum são os termos lógicos ‘ou’ e ‘não’ é tentador defender que a verdade de ambas as frases depende unicamente do significado desses termos. Poderíamos assim defender que verdades lógicas como 2 e 3 são verdades analíticas no sentido metafísico: verdadeiras em virtude do seu significado apenas, em particular, verdadeiras em virtude do significado dos seus termos lógicos.

Para vermos como poderá esta noção de analiticidade acomodar outros casos de frases intuitivamente analíticas, considere agora as seguintes frases:

4. Os solteiros são não casados.
5. Os oftalmologistas são médicos dos olhos.

Estas frases também são tradicionalmente classificadas como analíticas. Mas em que medida se pode dizer que são verdadeiras em virtude do seu significado apenas? A ideia é que estas frases limitam-se a especificar o significado de certos termos, neste caso de ‘solteiro’ e de ‘oftalmologista’. Uma vez que ‘solteiro’ significa *não casado* e ‘oftalmologista’ significa *médico dos olhos*, 4 e 5 são, alegadamente, verdadeiras em virtude do seu significado apenas.

Apesar da importância filosófica desta noção de analiticidade, a sua coerência foi notavelmente posta em causa por Quine (1951) que a viu como um dos últimos dogmas do empirismo.¹¹ Apesar do cepticismo gerado em relação à sua coerência, esta continuou a ser amplamente usada. Num importante artigo, Boghossian (1996) reforçou os argumentos de Quine contra esta noção de analiticidade, juntando-se a ele Williamson (2007). Hoje em dia, poucos são aqueles que aceitam a coerência da noção metafísica de analiticidade.¹²

A principal razão para questionar a inteligibilidade da noção metafísica de analiticidade é o facto de, aparentemente, chocar com um

¹¹ Veja-se também os formidáveis Quine (1935) e Quine (1954), onde são oferecidos argumentos decisivos contra o convencionalismo positivista lógico.

¹² Tanto quanto sei, as únicas excepções são Russell (2008) e García-Carpintero & Pérez (2009).

certo truísmo, nomeadamente aquele que Boghossian (1997) designa de “truísmo significado-facto”. Este truísmo pode ser formulado do seguinte modo: para qualquer frase F , F é verdadeira se, e só se, i) F diz que p (ou expressa o conteúdo que p) e ii) p . Chamemos a este truísmo de *truísmo de Tarski* (ou TT para abreviar).¹³ De acordo com a noção metafísica de analiticidade, uma frase é verdadeira *unicamente* em virtude de ter o significado que tem. Mas se uma frase é verdadeira unicamente em virtude do seu significado então a sua verdade parece depender apenas de dizer o que diz, isto é, de satisfazer a condição (i) de TT. Contudo, a sua verdade deveria também depender de satisfazer a condição (ii) de TT. Portanto, ou rejeitamos TT ou esta noção de analiticidade. Rejeitar TT está fora de questão, pelo que nos resta rejeitar esta noção de analiticidade – a não ser que haja uma forma de a clarificar que não viole TT.

Obviamente, o significado de uma frase é necessário para a sua verdade. Por exemplo, a frase ‘A neve é branca’ é verdadeira mas se em vez de dizer que a neve é branca dissesse que a neve é verde, seria falsa. Contudo, de acordo com a noção metafísica de analiticidade os significados não são apenas necessários mas também suficientes para a verdade das frases analíticas. Mas isto viola TT. A verdade de uma frase é uma função do seu significado e da forma como o mundo é. Os significados não determinam a forma como o mundo é. Contudo, de acordo com a noção metafísica de analiticidade a forma como o mundo é parece irrelevante para a verdade das frases analíticas. Por outras palavras, segundo esta noção de analiticidade a verdade das frases analíticas depende exclusivamente daquilo que elas dizem e não do facto de aquilo que elas dizem ser ou não o caso, o que é incoerente. Afinal, como diz Boghossian: “Como pode o *mero* facto de que F significa que p fazer com que F seja verdade? Não terá também de ser o caso que p ?” (1997: 335).

Para melhor ilustrar o problema, considere-se novamente as frases 2 e 3 supra. Como vimos, a verdade de 2 e de 3 parece depender da mesma coisa, nomeadamente do significado dos termos lógicos ‘não’ e ‘ou’. Contudo, se estas frases são verdadeiras em virtude dos mesmos factos (i.e., o significado dos seus termos lógicos), então deveriam ser acerca da mesma coisa, ou expressar o mesmo conteúdo.

¹³ Dada a sua proximidade com o famoso esquema-T de Alfred Tarski.

Recorde-se que segundo TT uma frase F é verdadeira se, e só se, (i) F diz que p e (ii) p . Assim, se 2 e 3 forem verdadeiras em virtude dos mesmos factos (o significado de ‘ou’ e de ‘não’) terão de expressar o mesmo conteúdo – o mesmo p . Contudo, 2 é acerca de Bruto e de César, e 3 acerca da neve. Afirmar que 2 e 3 são verdadeiras em virtude dos mesmos factos parece assim violar TT, o que não é aceitável.

Uma réplica natural a isto, de forma a apoiar a ideia de que as verdades lógicas são verdadeiras em virtude do seu significado apenas, consiste em apelar à ideia tradicional de que as verdades lógicas são verdadeiras sob todas as interpretações que preservam a sua forma lógica. Assim, talvez fosse possível manter a ideia de que apesar de frases como 2 e 3 expressarem conteúdos diferentes, estas são verdadeiras em virtude dos mesmos factos: os significados dos seus termos lógicos. Contudo, o facto de as verdades lógicas serem verdadeiras em todas as interpretações que preservam a sua forma lógica não mostra que estas sejam verdadeiras em virtude do significado dos seus termos lógicos apenas. Apesar de as frases 2 e 3 partilharem a mesma forma lógica – serem ambas da forma P ou não P – daqui não se segue em nenhum sentido óbvio que a sua verdade depende unicamente dessa forma lógica, em oposição ao mundo.

Considere-se agora a seguinte frase:

6. Platão é um filósofo ou Platão não é um homem.

Como Williamson (2007: 64) assinalou, do ponto de vista da lógica, a verdade de frases sintéticas como 6 depende tanto da sua forma lógica como depende a verdade de frases analíticas como 2 e 3. Nomeadamente, todas estas frases (2, 3 e 6) são verdadeiras porque uma das suas frases disjuntas é verdadeira. Assim, se 2 fosse verdadeira em virtude do significado dos seus termos lógicos apenas, também 6 o seria. Como 6 claramente não é verdadeira em virtude do significado dos seus termos lógicos apenas, também 2 não o é.

O que faz com que uma frase seja verdadeira ou falsa é aquilo sobre o qual essa frase é. Ou, para apelar ao famoso *dictum* de Aristóteles sobre a verdade: “dizer do que é que não é, ou do que não é que é, é falso; ao passo que dizer do que é que é, ou do que não é que não é, é verdade.” (*Metafísica* 1011b 26). As frases 2, 3 e 6 são claramente

sobre coisas distintas. Logo, têm diferentes condições de verdade. A sua verdade deve, assim, depender dessas condições serem ou não satisfeitas. Todas as frases são verdadeiras, quando o são, quando as suas condições de verdade são satisfeitas. As condições de verdade de uma frase resultam de uma atribuição uniforme de significado a cada palavra na frase num dado contexto. O mesmo acontece no caso de frases que expressam verdades lógicas. A única diferença é que as condições de verdade das frases que expressam verdades lógicas são sempre satisfeitas. Contudo, daqui não se segue, em nenhum sentido óbvio, que estas sejam verdadeiras unicamente em virtude do significado dos seus termos lógicos. As verdades lógicas são tanto acerca do mundo extralinguístico, do mundo dos factos, como qualquer outra verdade.¹⁴

Apesar de Quine (1951) ter sido o primeiro a rejeitar explicitamente esta noção de analiticidade, podemos encontrar considerações semelhantes a propósito de outra noção em Bertrand Russell (1912). No tempo de Russell falava-se de verdades do pensamento e não de verdades analíticas no sentido metafísico, mas a ideia é paralela:

A crença na lei da não-contradição é uma crença sobre coisas, não sobre pensamentos. Não é, e.g., a crença de que se *pensamos* que uma certa árvore é uma faia então não podemos ao mesmo tempo *pensar* que não é uma faia; é antes a crença de que se uma árvore é uma faia, não pode ao mesmo tempo não *ser* uma faia. (...) [E] apesar da crença na lei da não-contradição ser um pensamento, a lei da não-contradição ela própria não é um pensamento, mas um facto que diz respeito às coisas no mundo. (Russell 1912: 50)

Do mesmo modo, as verdades lógicas são tão acerca do mundo como são as verdades empíricas. A ideia de que as verdades lógicas nada dizem acerca do mundo é uma ideia positivista a ser definitivamente rejeitada.

O que dizer de outras frases, supostamente analíticas, que não exprimem verdades lógicas, como ‘Nenhum solteiro é casado’? Serão estas frases verdadeiras em virtude do seu significado apenas? Aqui o argumento é ainda mais directo do que no caso das verdades lógicas. Afinal, se a frase ‘Nenhum solteiro é casado’ é acerca de solteiros e

¹⁴ Pelo menos do que qualquer outra verdade que não seja explicitamente semântica.

da propriedade de não serem casados, como pode ela ser verdadeira em virtude do seu significado apenas?

Considere-se, novamente, as seguintes frases:

7. Nenhum solteiro é casado.

8. Nenhum solteiro pesa mais de uma tonelada.

De acordo com a noção metafísica de analiticidade, 7 é verdadeira em virtude do seu significado apenas e 8 verdadeira em virtude do seu significado e do mundo (assumindo que é verdadeira). Em ambos os casos a palavra ‘solteiro’ refere solteiros e não o significado da palavra ‘solteiro’ (o que quer que isso seja). É porque a palavra ‘solteiro’ refere solteiros que 8 é acerca de solteiros. Por TT, para que 8 seja verdadeira em virtude do seu significado apenas, a frase não poderia ser acerca de solteiros mas antes acerca do significado de ‘solteiros’ (o que quer que isso seja). Uma frase num contexto é acerca do que quer que seja que os seus termos constituintes referem nesse contexto. Contudo, não existe uma diferença significativa que faça com que ‘solteiro’ refira solteiros em 8 e o significado de ‘solteiros’ em 7. Se 7 é acerca do facto de nenhum solteiro ser casado, então esse facto, por mais trivial que seja, deve ser o que faz com que a frase seja verdadeira.

Considere-se agora a seguinte frase:

9. ‘Nenhum solteiro é casado’ significa que nenhum solteiro é casado.

Se 7 fosse verdadeira em virtude do seu significado apenas, o mesmo facto responsável pela verdade de 7 seria também responsável pela verdade de 9. Mas ao contrário de 7, 9 expressa uma verdade semântica, e logo tem de ser acerca de uma coisa diferente. Se 7 e 9 são acerca de coisas diferentes, se expressam conteúdos diferentes, então por TT, elas não podem ser verdadeiras em virtude da mesma coisa, nomeadamente, do significado de ‘Nenhum solteiro é casado’. Logo, 7 não pode ser verdadeira em virtude do seu significado apenas.

Em conclusão, temos boas razões para rejeitar a coerência da noção de verdade em virtude do significado apenas, e com ela a noção metafísica de analiticidade.¹⁵

4 A noção epistemológica de analiticidade

Ao criticar a noção metafísica de analiticidade, Boghossian (1996) distinguiu-a da noção epistemológica de analiticidade segundo a qual:

Uma frase F é analítica se, e só se, a mera apreensão do significado de F é suficiente para nos justificar a acreditar na sua verdade.¹⁶

Apesar de ambas as noções (metafísica e epistemológica) de analiticidade já se encontram implicitamente presentes nas obras de muitos outros filósofos, foi Boghossian (1996) quem pela primeira vez as distinguiu de forma explícita. Esta distinção entre ambas as leituras da noção de analiticidade é extremamente importante pois permite-nos concordar com Quine no que diz respeito à incoerência da noção metafísica de analiticidade, mas não no que diz respeito à sua rejeição do projecto empirista de explicação da possibilidade do conhecimento *a priori* através da noção de analiticidade.

De acordo com a noção epistemológica de analiticidade, apesar das verdades analíticas terem conteúdo factual, como qualquer outra verdade – i.e., serem acerca do mundo – são cognitivamente menos exigentes do que as verdades sintéticas uma vez que para as conhecermos basta compreender o seu significado. Através desta noção podemos assim, putativamente, salvar o velho projecto empirista de explicar o *a priori* sem apelar à “misteriosa” capacidade de intuição racional postulada pelos racionalistas. Isto porque, se o conhecimento *a priori* nada mais for do que conhecimento de verdades analíticas neste sentido, tudo aquilo que precisamos para as conhecer é compreendê-las, e nada há de misterioso nisso.

Através desta noção de analiticidade, Boghossian (1996) ressuscitou o velho projecto empiristas deixado moribundo por Quine. Actualmente, a ideia de que a mera compreensão do significado de uma frase analítica é suficiente para nos justificar a acreditar na sua

¹⁵ Cf. Teixeira (2012).

¹⁶ Williamson (2007, Cap. 4) apresenta algumas variantes desta definição.

verdade é vista por muitos como a melhor forma de explicar a possibilidade do conhecimento *a priori*.¹⁷ Apesar disso, esta noção de analiticidade enfrenta um problema sério, nomeadamente, não é de todo óbvio em que medida a mera compreensão do significado de uma frase pode ser suficiente para nos justificar (epistemicamente) a acreditar na sua verdade.¹⁸

Parece existir uma boa razão por que a noção metafísica e a noção epistemológica de analiticidade surgiam ligadas. Se as frases analíticas fossem verdadeiras em virtude do seu significado apenas, seria razoável aceitar que a mera apreensão do seu significado fosse suficiente para nos justificar a acreditar na sua verdade. Por exemplo, através da compreensão linguística estamos justificados a acreditar que a frase 'A neve é branca' diz, ou exprime a proposição de que a neve é branca. A compreensão linguística relaciona-nos, de algum modo, com factos semânticos, e pode ser usada como fonte de justificação acerca do significado das frases. Ao rejeitar a coerência da noção metafísica de analiticidade aceitamos que a verdade das frases analíticas não resulta dos seus significados. Mas se as frases analíticas não são verdadeiras em virtude do seu significado apenas, como é que a mera compreensão do seu significado nos pode justificar a acreditar na sua verdade? Este é um problema sério que esta noção de analiticidade enfrenta. Resumidamente, o problema, claramente formulado por Margolis & Laurence (2001), é o seguinte:

Se p é realmente um facto independente do que torna F verdadeira, então, o mero conhecimento de que F significa que p não poderá ser suficiente para a justificação em causa; também precisaríamos de estar justificados a acreditar que p . (Margolis & Laurence 2001: 294).

De forma a responder a este tipo de objecção, Boghossian (2003) defende um modelo de acordo com o qual é constitutivo da compreensão de um determinado termo (ou da apreensão de um determinado conceito) aceitar a verdade de uma frase (ou de uma proposição).¹⁹

¹⁷ Veja-se, por exemplo, Boghossian 1997 e 2003; Peacocke 1993 e 2004; e Hale & Wright 2000; e Jenkins 2012.

¹⁸ Este é um problema a que o próprio Boghossian (2003) tenta dar resposta. Veja-se Schechter & Enoch 2006 para uma excelente crítica à resposta de Boghossian.

¹⁹ Podem-se encontrar ideias semelhantes em Jackson 1998, Peacocke 1992 e

Eis o que motiva este modelo. Considere-se a seguinte frase: ‘Nenhum solteiro é casado’. Se alguém achar que a frase é falsa temos boas razões para pensar que essa pessoa não compreende um dos seus termos. Em particular, temos boas razões para pensar que essa pessoa não sabe o significado de ‘solteiro’. Por sua vez, isso parece sugerir que alguém que compreenda plenamente o significado de ‘solteiro’ não pode deixar de aceitar a verdade de ‘Nenhum solteiro é casado’. A sugestão extraída daqui é que é constitutivo da compreensão do significado de ‘solteiro’ aceitar a verdade de ‘Nenhum solteiro é casado’. Por outras palavras, segundo este modelo, necessariamente, quem quer que compreenda o significado de ‘solteiro’ (ou quem quer que apreenda o conceito de *solteiro*) está disposto a aceitar que nenhum solteiro é casado – ou encontra-se *primitivamente compelido* a aceitar que nenhum solteiro é casado.²⁰

A ideia é que certas verdades são constitutivas da compreensão do significado de certos termos. Para voltar ao nosso exemplo, compreender o significado de ‘solteiro’ é estar disposto a aceitar a verdade de ‘Nenhum solteiro é casado’. Pressupondo que a disposição para aceitar que nenhum solteiro é casado é constitutiva da compreensão do significado de ‘solteiro’, então, de acordo com os defensores deste modelo, a mera compreensão do significado de ‘Nenhum solteiro é casado’ justifica-nos a acreditar na sua verdade de forma independente da experiência.

Um dos grandes críticos da noção epistemológica de analiticidade é Williamson (2003 e 2007). Williamson defende que não existem crenças constitutivas da compreensão de significados (ou da posseção de conceitos). Por exemplo, para usar o nosso exemplo supra, podemos defender que não é o caso que para se possuir o conceito de *solteiro* tenhamos de acreditar que nenhum solteiro é casado. É plausível assumir que alguém possa possuir o conceito de *solteiro*, ser competente no seu uso, e mesmo assim duvidar que nenhum solteiro é casado.²¹

2004, entre outros.

²⁰ A expressão ‘primitivamente compelido’ é a famosa expressão de Peacocke (1992), usada na explicação das condições de posseção de conceitos.

²¹ Williamson (2003 e 2007) oferece exemplos diferentes deste.

Para ilustrar esta ideia, imagine-se que alguém aceita casar com um imigrante para evitar que este seja deportado para o seu país de origem, onde irá encontrar uma vida de miséria. Suponha-se que esta pessoa nunca conheceu o imigrante em causa, que só o vê uma única vez durante a cerimónia de casamento e que nunca mais o vê depois desta. Dada a situação insólita, é possível que uma tal pessoa rejeite que nenhum solteiro é casado por se considerar, ela própria, solteira e casada. Ou seja, este seria um caso de alguém que compreende plenamente o significado de 'solteiro' mas rejeita que nenhum solteiro é casado.²²

Se este tipo de considerações estiverem correctas, se for verdade, como Williamson defende, que a aceitação da verdade de certas frases não é constitutiva do significado de uma expressão, temos boas razões para não aceitar a noção epistemológica de analiticidade. Note-se contudo, que muitos há que rejeitam os argumentos de Williamson contra esta noção de analiticidade, mas muitos há que os aceitam. A questão de saber se podemos salvar a noção epistemológica de analiticidade da fogueira das críticas de Quine permanece uma questão em aberto.²³

Célia Teixeira
Universidade de Lisboa
LanCog Group CFUL

Referências

- Aristóteles. *The Metaphysics*. Trad. de John H. MacMahon. Nova Iorque: Prometheus Books, 1991.
- Ayer, A. J. 1936. *Language, Truth and Logic*. London: Gollancz.
- Boghossian, Paul. 1996. Analyticity Reconsidered. *Noûs* 30: 360-391.
- Boghossian, Paul. 1997. Analyticity. In B Hale and C. Wright (org.) *Companion to the Philosophy of Language*. Oxford: Blackwell.
- Boghossian, Paul. 2003. Blind Reasoning. *Proceedings of the Aristotelian Society*. Supplementary Volume 77 (1): 225-248.

²² Este exemplo é da autoria de Giaquinto (1996), que o introduz para ilustrar uma ideia semelhante.

²³ Agradeço aos revisores deste *Compêndio* as correcções feitas. Trabalho realizado enquanto bolsista de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/47058/2008) - financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES).

- Bonjour, Laurence. 1998. *In Defense of Pure Reason*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Carnap, Rudolf. 1947. *Meaning and Necessity*. Chicago, Il: University of Chicago Press.
- Frege, Gottlob. 1884. *The Foundations of Arithmetic*. Trad. de J. L. Austin. Oxford: Blackwell, 1950.
- García-Carpintero, Manuel, & Pérez, Otero. 2009. The Conventional and the Analytic. *Philosophy and Phenomenological Research* 2: 239-274.
- Giaquinto, Marcus. 1996. Non-Analytic Conceptual Knowledge. *Mind* 105: 249-268.
- Hale, Bob and Wright, Crispin. 2000. Implicit Definition and the A Priori. In P. Boghossian and C. Peacocke (org.) *New Essays on the A Priori*. Oxford: Clarendon Press.
- Jackson, Frank. 1998. *From Metaphysics to Ethics*. Oxford: Oxford University Press.
- Jenkins, C. 2012. A Priori Knowledge: The Conceptual Approach. In A. Cullison (org.) *The Continuum Companion to Epistemology*. London: Continuum Press.
- Kant, Immanuel. 1781. *Critique of Pure Reason*. Ed. of 1985, trad. inglesa de Norman Kemp Smith. New York: St. Martin.
- Kripke, Saul. 1980. *Naming and Necessity*. Oxford: Basil Blackwell.
- Margolis, Eric & Laurence, Stephen. 2001. Boghossian on Analyticity. *Analysis* 61: 293-302.
- Peacocke, Christopher. 1992. *A Study of Concepts*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Peacocke, Christopher. 1993. How are A Priori Truths Possible? *European Journal of Philosophy* 1: 175-199.
- Peacocke, Christopher. 2004. *The Realm of Reason*. Oxford: Oxford University Press.
- Putnam, Hilary. 1975. The Meaning of 'Meaning'. In *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers* Vol. 1. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Quine, W. V. 1935. Truth by Convention. In *The Ways of Paradox and Other Essays*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1966.
- Quine, W. V. 1951. Two Dogmas of Empiricism. *The Philosophical Review* 60: 20-43.
- Quine, W. V. 1954. Carnap and Logical Truth. In *The Ways of Paradox and Other Essays*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1966.
- Russell, Bertrand. 1912. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press.
- Russell, Gillian. 2007. Analytic/Synthetic Distinction. *Philosophy Compass* 2: 712-729.
- Russell, Gillian. 2008. *Truth in Virtue of Meaning*. Oxford: OUP.
- Schechter, Joshua, & Enoch, David. 2006. Meaning and Justification: The Case of Modus Ponens. *Noûs* 40: 687-715.
- Strawson, P. F. & Grice, H. P. 1956. In Defense of a Dogma. *Philosophical Review* 65: 141-58.
- Teixeira, C. 2012. Methaphysical Analyticity. *Disputatio* 34: 869-888.
- Williamson, Timothy. 2003. Blind Reasoning. *Proceedings of the Aristotelian Society*. Supplementary Volume 77(1): 249-293.
- Williamson, Timothy. 2007. *The Philosophy of Philosophy*. Blackwell/Brown Lectures in Philosophy.